

GDF atrasa benefício

Ana Lúcia Moura
Valéria Feitoza
Da equipe do Correio

Jorge Cardoso

Na pequena casa de três cômodos em Santa Maria, a diarista Lucenira Alves Viana, 36 anos, conta o dinheiro do mês. Sustenta sete filhos e dois netos com R\$ 151 que recebe mensalmente do programa Bolsa-Escola. É sua única fonte de renda fixa. O valor do pagamento seria maior se ela tivesse recebido, no final do ano passado, a poupança-escola. Mas até hoje Lucenira não foi pôde sacar o benefício.

Lucenira não é a única nesta situação. Em dezembro do ano passado, 14.555 famílias deveriam ter recebido o dinheiro da poupança-escola. Mas pouco mais de dois mil inscritos conseguiram sacar o dinheiro do programa no Banco de Brasília (BRB). Outros 12 mil bolsistas continuam esperando. A explicação que centenas de mães ouviram foi a mesma: o pagamento da poupança-escola está suspenso por tempo indeterminado. A informação é confirmada por três assessores das secretarias de Educação, Trabalho e Fazenda, responsáveis pela execução do programa poupança-escola.

Criada em 1995, a poupança-escola é uma espécie de bônus anual para os alunos da Bolsa-Escola. Seu objetivo é estimular a continuidade dos estudos até que os alunos conclua o ensino médio. Todos os estudantes que participam ou já participaram do programa Bolsa-Escola têm direito à poupança. Hoje, eles somam quase 75 mil. Ao final de cada ano letivo, o governo é obrigado a depositar, na poupança de cada aluno participante do programa, um salário mínimo, desde que ele tenha sido aprovado na série que cursou.

O dinheiro fica no Fundo de Solidariedade (Funsol), gerenciado pela Secretaria do Trabalho. Todos os anos, entre 10 mil e 15 mil alunos ganham o direito de sacar parte do saldo acumulado de suas poupanças. A verba restante é utilizada para financiar pequenos empréstimos de geração de emprego e renda.

A Secretaria de Educação divulga, anualmente, a lista dos estudantes que podem sacar o dinheiro, parcial ou integralmente, segundo os critérios do programa. Nesta relação entram os alunos aprovados da 4ª para a 5ª série do ensino fundamental e da 8ª para o 1º ano do ensino médio. Quem conclui o 3º ano também tem direito a receber o benefício.



LUCENIRA VIANA CONTAVA COM O BÔNUS QUE DEVERIA TER SIDO PAGO AOS DOIS FILHOS: "A BOLSA-ESCOLA NÃO FALHA, MAS NUNCA RECEBI A POUPANÇA"

É o caso de dois filhos de Lucenira. Maicon, 12 anos, concluiu a 5ª série em 1999. Vanessa, 16, foi aprovada na 8ª série no mesmo ano. Mesmo assim, Lucenira não recebeu o pagamento. "A bolsa-escola não falha, mas a poupança eu nunca recebi", revela.

Vanice de Andrade, 35 anos, desempregada, tenta receber o dinheiro da poupança-escola desde 1999. Na última tentativa, no ano passado, ela foi até a Gerência Regional de Ensino de Samambaia, cidade onde mora. "Precisava muito do dinheiro e queria entender por que não podia receber o pagamento", diz. A esperança terminou no balcão da Regional. "Disseram que, se eu quisesse receber o dinheiro, era bom rezar, porque não ia sair tão cedo", conta.

LISTA ATRASADA

Uma funcionária da Regional da Samambaia, que preferiu não se identificar, revela que as relações com os nomes dos alunos que têm direito ao pagamento só chegou na semana passada. "Mas a lista é referente ao pagamento de 1999. A Secretaria de Educação nos informou que faltaram verbas", afirma. Na Gerência Regional de Ensino de Santa Maria, onde mora Lucenira, a justificativa foi a mesma.

"SOMENTE ALEGAR FALTA DE VERBA NÃO É SUFICIENTE PARA JUSTIFICAR O ATRASO NO PAGAMENTO DA POUPANÇA-ESCOLA. O GOVERNO TEM QUE PROVAR QUE ADOTOU TODAS AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA CONSEGUIR O RECURSO"

JORGE ULISSES JACOBY

Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF

Assessores das três secretarias responsáveis pelo programa confirmam que as listas que estão nas Gerências Regionais de Ensino referem-se ao ano de 1999. Os 14.555 inscritos que constam na relação deveriam ter recebido o dinheiro no início de 2000. Um dos assessores afirmou que a lista referente ao ano 2000 só deve sair em junho deste ano.

Na Central de Atendimento do BRB, a única informação dada pelos atendentes é de que o pagamento da poupança-escola foi suspenso. "Para nós eles também não dizem nada. Só repetem que o pagamento foi suspenso", con-

firma a dona de casa Shirley Santiago, 33 anos, que também tenta receber o benefício há mais de um ano.

A secretária de Educação, Euri-des Brito, garante que o programa Poupança-Escola não está suspenso, e que o governo não tem intenção de fazer isso. Ela atribui o atraso do pagamento às "sucessivas mudanças administrativas na Secretaria do Trabalho". Daniel Marques, que assumiu a secretaria do Trabalho na semana passada, limita-se a dizer que não tem conhecimento do atraso e que vai iniciar amanhã um levantamento da situação da poupança-escola.

Jacy Braga, diretor da Fundação Educacional entre outubro de 96 e dezembro de 98, aponta outra causa para o não-pagamento da poupança. "Há um ano e meio o GDF não deposita o dinheiro da poupança-escola no Funsol", revela. Assessores das três secretarias envolvidas na execução do programa confirmam a informação.

O relatório de execução orçamentária do Fundo de Solidariedade no ano de 1999, publicado no Diário Oficial do DF em janeiro do ano passado, mostra que, naquele ano, o governo depositou no Funsol menos de 20% do que deveria. Dos 9,6 milhões pre-

vistos no orçamento para atender os 74 mil bolsistas que tinham direito à poupança escola, o GDF depositou apenas R\$ 1,54 milhão, suficiente para pagar o benefício a apenas 9.154 alunos. A execução orçamentária do GDF em 2000 ainda não foi divulgada.

"Estes dados significam que, em 99, o GDF depositou apenas o dinheiro dos estudantes que tinham direito de receber o benefício. O recurso que deveria ter ficado no Funsol para financiar empréstimos simplesmente não foi depositado", afirma o professor Antônio Ibañez, secretário de Educação entre 1995 e 1998.

A comparação dos dados de anos anteriores deixa clara a redução de recursos para a Poupança-Escola. Em 1996, a previsão orçamentária era de R\$ 1,2 milhão, para atender 12 mil inscritos. Deste total, o governo depositou R\$ 1,17 milhão referente a todos os bolsistas aprovados (10.450) no ano letivo anterior. Em 1997, dos R\$ 5,6 milhões previstos para atender 50 mil bolsistas, R\$ 3,63 foram depositados no Funsol, referentes a 33.833 alunos aprovados. No último ano do governo Cristovam, o depósito no Funsol foi de R\$ 5,2 milhões, correspondentes a 41.399 bolsistas. Naquele ano, a verba prevista era de R\$ 6 milhões.